

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA****COMARCA DE BOA VISTA****6ª VARA CÍVEL - PROJUDI****Fórum Advogado Sobral Pinto, 666 - 2º Piso - Centro - Boa Vista/RR - CEP:****69.301-380 - Fone: (95) 3198-4796 - E-mail: 6civelresidual@tjrr.jus.br**

Proc. n.º 0810669-72.2019.8.23.0010

### **SENTENÇA**

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório c/c dano moral proposta por NERISON DOS SANTOS SILVA, em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em razão de acidente de trânsito. Afirma a parte autora que o evento lhe resultou na debilidade descrita na inicial.

Ademais, relata que a parte ré não efetuou o pagamento administrativo do seguro. Desta forma, requer a condenação da parte ré ao pagamento da indenização.

Citada, a parteré apresentou resposta escrita, aduzindo preliminares e, em síntese, que a pretensão do requerente não deve prosperar, em razão da necessidade de aferir o grau da lesão acometida pela requerente ante a ausência do laudo pericial, requerendo ao final a improcedência da ação (EP 9).

Foi realizado exame pericial na parte autora, com o fito de aferir a lesão e a debilidade supostamente gerada, estando o laudo pericial juntado aos autos (EP 27).

Intimadas acerca do laudo, a parte requerida manifestou-se no EP 32, requerendo esclarecimentos acerca da graduação a que se chegou no laudo.

Após, foram prestados os devidos esclarecimentos pelo expert (EP's 39 e 52), sem impugnação pelas partes nesse ponto.

Sem requerimentos, vieram os autos conclusos.

#### **É o breve relatório. Decido.**

A parte autora ingressou com a ação apresentando os documentos necessários, tais como o pedido administrativo, verifico que a mesma preenche os requisitos do art. 330, §1º, do CPC.

Ressalto que o laudo do IML não é documento indispensável ao ajuizamento da ação, podendo ser suprido por outros elementos, inclusive a prova pericial. A extensão da incapacidade e o nexo causal com o acidente de trânsito descrito na inicial deve ser objeto de perícia médica, ficando, portanto, afastada tal alegação.

Por fim, reputo desnecessária a produção de prova oral com depoimento pessoal do autor, o que desde já INDEFIRO o pedido do requerido, nos termos do artigo 370 do CPC. Portanto, se mostra inútil no caso



em tela, cabendo ao Juiz determinar as provas necessárias à instrução do feito, indeferindo as diligências inúteis ou protelatórias.

### **Passo a análise do mérito.**

A prova necessária à solução da lide se reduz seguramente à prova pericial, não havendo minimamente a necessidade de produção de qualquer outro meio, nos termos do artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil. Portanto, é caso de prolação da sentença desde já, eis que foi oportunizada a manifestação das partes sobre o laudo.

### **Pois bem.**

Esclareço que a inadimplência do proprietário do veículo à época do sinistro não justifica a negativa para o pagamento, até porque a presente matéria já se encontra sumulada pela Instância Superior desde 2001: *“Súmula 257 do STJ. A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”*.

Vale ressaltar que, ao contrário do que aduz a ré, o entendimento jurisprudencial é que o fato de a beneficiária ser a proprietária do veículo não inviabiliza o pagamento da indenização. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO – PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE COM O PRÊMIO DO SEGURO DPVAT NÃO PERDE A COBERTURA SECURITÁRIA – SÚMULA 257, DO STJ – PRECEDENTES DO TJRR - PARTE QUE NÃO DEMONSTRA QUE A DECISÃO MERECE REFORMA – AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJRR – AgInt 7121731-02.2017.8.23.0010, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, 2ª Turma Cível, julg.: 20/05/2019, public.: 21/05/2019)

DIREITO PROCESSUAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRÊMIO DO SEGURO. PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA Nº 257 / STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. VALOR DA CONDENAÇÃO. 1. Vetusta é a jurisprudência do c. STJ no sentido de que a Súmula nº 257 é aplicável mesmo nos casos onde a vítima do evento danoso é também o proprietário do automóvel inadimplente com relação ao prêmio do seguro. 2. A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. Tese firmada em sede de Recurso Especial Representativo da controvérsia. 3. O artigo 85, § 2º do CPC impõe o arbitramento do valor dos



honorários de sucumbência com base no valor da condenação, se presente. (TJ-MG - AC: 10024143237410001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 19/11/0018, Data de Publicação: 30/11/2018)

Verifico ainda que a matéria quanto ao pagamento proporcional ao grau de invalidez já foi pacificada pelo STJ com a edição do verbete sumular nº 474, cujo teor é o seguinte:

*“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”*

Destarte, em caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.

Feitas as devidas considerações, tendo em vista que a perícia médica realizada na parte requerente confirma a invalidez permanente parcial incompleta, apontando a lesão, passo a realizar a graduação consoante o resultado da mencionada perícia, em consonância com os percentuais de perdas presentes na susodita tabela.

No caso *sub judice*, o percentual a que se chega em razão da **primeira lesão** apontada nos autos é de 70% de R\$ 13.500,00. Em seguida, consoante inciso II, do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, reduz-se o valor acima para 25%, em razão da graduação a que se chegou na perícia médica realizada, totalizando um valor de R\$ 2.362,50.

Em seguida, o percentual a que se chega em razão da **segunda lesão** apontada nos autos é de 70% de R\$ 13.500,00. Da mesma forma, reduz-se o valor acima para 75%, em razão da graduação a que se chegou na perícia médica realizada, totalizando um valor de R\$ 7.087,50.

Quanto ao percentual a que se chega em razão da **terceira lesão** apontada nos autos é de 70% de R\$ 13.500,00, reduzindo-se o valor acima para 75%, em razão da graduação a que se chegou na perícia médica realizada, totalizando um valor de R\$ 7.087,50.

Assim, o valor a que se chega em razão da graduação da lesão perfaz a quantia de R\$ 16.537,50.

No entanto, é sabido que, em casos de múltiplas lesões, o valor da indenização do seguro DPVAT corresponderá a soma de cada um deles, até o limite do teto máximo indenizável previsto em lei, ou seja, R\$ 13.500,00.

Desta feita, observo que a parte autora não recebeu nenhum valor administrativamente devendo seu pedido ser acolhido para impor o pagamento dos valores acima auferidos, até o limite do teto indenizável.

Do exposto, **JULGO O PEDIDO PROCEDENTE**, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida ao pagamento de **R\$ 13.500,00** com juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, e correção monetária, de acordo com a tabela adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a partir do evento danoso (data do acidente).

Condeno a parte Ré ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação, consoante o art. 85, § 2º, do CPC.

Caso os honorários periciais já tenham sido depositados, expeça-se alvará em favor do perito.

Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Data constante no sistema.

**Phillip Barbieux Sampaio**

Juiz Substituto

(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)

